



CARRANCA

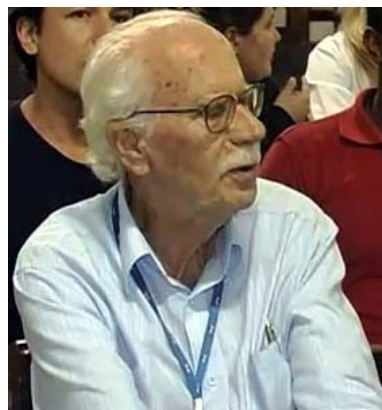
ORGÃO INFORMATIVO DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE – CMFL – 02-2017– Abril-
Junho- 2017

Nossa energia jovem

A Comissão Mineira de Folclore exhibe orgulhosa o plantel de jovens que, com toda energia, se dedicam à nossa causa, sem atenção para a idade.

Contemplem:

Moacyr Costa Ferreira de Guaxupé
completará no dia 11 de agosto gloriosos 89
anos.



Antônio Henrique Weitzel de Juiz de Fora
brindou-nos com seus 85 anos completados
no dia 22 de abril.



Domingos Diniz de Pirapora celebrará no
dia 6 de julho, 85 anos pleno de energia e
dedicação.



Raimundo Nonato de Miranda Chaves
de Gouveia vem de completar 84 anos no
dia 20 de maio



Antônio de Oliveira Mello de Paracatu e
Patos de Minas completa o time como nosso
gandula ao celebrar 80 anos no dia 22 de
abril.

Editorial

No mês de agosto do presente ano, a Comissão Mineira de Folclore elegerá e dará posse à diretoria que coordenará nossas ações no período 2017 até 2020.

Este é o momento de nos apropriarmos de nossa história e rever os percalços que enfrentamos para chegar aos dias atuais ao longo de 69 anos de desafios.

Em reunião celebrada no dia 19 de fevereiro do ano de 1976, data em que nossa Comissão completava 28 anos de fundação, lê-se na ata redigida por nossa companheira, folclorista Alice Inês Silva Merheb:

“Usou da palavra o Secretário Geral da Comissão, Aires da Mata Machado Filho para comunicar-nos que a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na pessoa de seu diretor [José Ernesto Ballstaedt] havia nos cedido uma sala para ser sede da Comissão Mineira de Folclore. Saudou o Diretor Executivo da Campanha [de Defesa do Folclore Brasileiro] e passou-lhe a presidência dos trabalhos.

Usando da palavra, o folclorista Braulio do Nascimento, fez leitura de um ofício da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro dirigido à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, agradecendo a cessão de uma sala para sede da Comissão Mineira de Folclore. Em seguida, comunicou-nos a transformação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em Instituto do Folclore, órgão ligado à FUNARTE, concretizando o sonho dos folcloristas já falecidos, professor Edison Carneiro e professor Joaquim Ribeiro. Para uma melhor efetivação dos trabalhos haverá uma reestruturação das Comissões Estaduais que, além de seu regimento interno, passarão a ser regidas por um estatuto padrão. Esse estatuto não só uniformizará a sua constituição, como também dará às comissões personalidade jurídica, o que possibilitará assinatura de convênios com qualquer órgão.”

Nessa mesma oportunidade, Braulio do Nascimento comunicou que “Belo Horizonte havia sido escolhida para a sede da Quarta Festa Brasileira de Folclore” e que contaria com a presença de representantes de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Santa Catarina, além da Campanha de Defesa do Folclore e do Departamento de Assuntos Culturais.

Cumpramos esse momento. Em primeiro lugar, que todas as comissões estaduais estavam diretamente vinculadas à Campanha de Defesa do Folclore e somente essa instituição tinha personalidade jurídica. Em segundo lugar que a Comissão Nacional de Folclore fora substituída pela Campanha de Defesa, que passaria a ser Instituto Nacional de Folclore vinculado à FUNARTE. Note-se que a Comissão Nacional se concretizara como órgão burocrático no interior do aparelho de Estado. Em terceiro lugar, vale fixar que, por intermédio da instituição que representava as Comissões

Estaduais – no caso, a Comissão Mineira de Folclore -, fora responsável pela cessão de uma sala exclusiva para uso da CMFL, na FAFICH. Informalmente, essa sala já era utilizada para guarda do acervo da Comissão, mas, nesse momento, isso se tornava oficial. Por último, merece destacar que, com Estatuto próprio, as Comissões adquiririam personalidade jurídica e deveriam zelar pelo próprio percurso.

Estatuto, sede e independência são a marca da caminhada de todas as comissões estaduais de folclore a partir desses anos.

Algumas decorrências. Ainda em 1976, o Governo do Estado de Minas Gerais, cedeu à Comissão Mineira de Folclore ampla sala localizada no Edifício JK, Rua dos Timbiras 2.500. Em 1978 a assembleia geral da CMFL passou a discutir o modelo de seu primeiro estatuto o qual foi aprovado em reunião do dia 25 de outubro de 1980 e registrado em cartório no dia 22 de setembro de 1983.

Dona do próprio nariz, a Comissão Mineira de Folclore, passou a viver dia após dia a crise característica dos adolescentes. Era belíssimo o espaço reservado à sede: edifício projetado por Oscar Niemayer, localizado no andar térreo, todo em vidro, visão para os espaços públicos. Faltavam, porém, pessoas que pudessem abrir a sede permanentemente para o público interessado. Contemplar de fora o lado de dentro era convite a viajar além do espelho. Em março de 1980, a Comissão não tinha mais sede alguma. Aires declarou: “A sede própria, nós a perdemos e ficamos também sem localização para o Museu de Folclore. À terceira ou quarta entrada de ladrões, nas salas do Edifício JK, sem que nos fosse proporcionado a segurança repetidamente pedida, tomei a providência que se me afigurou necessária na emergência”.

A comunicação de Aires da Mata Machado Filho deve ser vista como protesto. Após longo arrazoado lido em sessão de 15 de março de 1980, Aires concluiu: “Por tudo isso, como indiscutível serviço à instituição, renuncio, neste instante, à função de Presidente da Comissão Mineira de Folclore”.

Aires foi nosso Tirésias.

Vivíamos os anos finais do Regime Civil Militar e Chico Buarque já cantara: “Você não gosta de mim, mas sua filha gosta”.

Nessa saga de adolescente, a Comissão terá seu acervo guardado à pressas nas dependências da Coordenadoria de Cultura do Estado – rua Arturo Toscanini, nº 60 -, até que, no dia doze de maio de 1982, fez-se a “entrega das novas dependências da Comissão Mineira de Folclore” em amplo andar da rua dos Carijós 6º andar, nº 150. A Comissão pode viver mais seis anos de muita fé no futuro, até que, em 1988, Tirésias foi novamente lembrado.

Editorial

Nossos pertences foram armazenados para banquete de traças e cupins na Rua São Paulo nº 2474. Não havia mais esperanças, mas, por um acaso providencial, a Prefeitura Municipal de Vespasiano acolheu móveis, o Museu de Folclore – agora denominado Museu de Folclore “Saul Martins” -, a biblioteca “Angélica de Resende” e parte do Centro de Informações Folclóricas e dos documentos da trajetória tragicômica de mais de quarenta anos.

Essa aprendizagem de adolescente não se encerrou no dia 1 de março de 1991. Seguiu-se a regulamentação da Lei que criou o Centro de Tradições Mineiras – ano de 1965 não regulamentada até o ano de 2001, da Lei que determinou a criação do Museu de Artes Populares – também do ano de 1965 e somente lembrada em 2012.

Lição final:

A Comissão Mineira de Folclore tornou-se, a partir do dia 22 de setembro de 1983, uma ONG, componente do Terceiro Setor, mas permaneceu insistentemente teimando em ser uma paraestatal. Para viver vida própria, necessita de uma sede própria, de recursos que possam garantir a prestação de serviços de alta relevância à população e ser necessária ao Estado e não dependente dele.

Compete à nova diretoria concretizar isso e inaugurar novo momento no qual nossa comissão assumira a idade adulta. Aprenda com todos os erros, com cautela e sem medo e dialogue com as profecias de Tirésias de olhos abertos.

José Moreira de Souza

Agosto de 2017

É hora de RENOVAR

Preparação para celebrar a 51ª Semana Mineira de Folclore

Eleição da Nova Diretoria da Comissão Mineira de Folclore

Nova Diretoria, o realizado e o a realizar

Introdução

A Comissão Mineira de Folclore surgiu como coordenação de movimento de folcloristas no dia 19 de fevereiro do ano de 1948 embalada pela energia de Aires da Mata Machado Filho. Aires iniciou estudos de folclore com a precoce idade de 19 anos e inaugurou o estudo do saber viver dos negros do garimpo em seu local de nascimento, o povoado de São João da Chapada no município de Diamantina. Tornou-se lição para todos nós.

Aires esteve à frente da coordenação do movimento dos folcloristas em Minas Gerais até o dia 15 de março de 1980, quando, desiludido com o apoio dado à Comissão Mineira de Folclore pelo governo do Estado, renunciou à presidência e passou a batuta ao seu maior colaborador Saul Alves Martins.

Visualiza-se neste instante histórico o conflito entre a Comissão Mineira de Folclore como movimento que necessita de coordenação e sua constituição como “sociedade civil organizada”. Como movimento, imagina-se que cada participante traz mensagens de acréscimo constante ao saber viver de acordo com o alcance das relações sociais de sua vivência, mas, enquanto “sociedade civil organizada”, o movimento assume pessoa jurídica própria com todos os encargos devidos ao Estado e as coações de deveres impostos. Surge a contradição do espontâneo com o dever. A liberdade e a obrigação. Agir livremente ou contribuir para a mais valia. Doar ou ser coagido a produzir. Visto sobre outro prisma: de rebeldes primitivos a partidos organizados; de guerrilheiros a cooptados pelo poder legitimado, ou ainda: de anarquistas a devotos do poder.

Fixam-se nisso todos os desafios a serem encarados por todas as diretorias da Comissão Mineira de Folclore a partir

Relatório

do instante em que se torna pessoa jurídica, elabora Estatuto e Regimento e determina para si mesma uma ordem externa ao fazer. Como movimento, a coordenação da Comissão Mineira se orienta por normas processuais, o que significa que nada está determinado, o caminho se desvenda no caminhar. Como burocracia, personalidade jurídica, o movimento torna-se determinado por normas prévias; antes da ação, o certo e o errado, o verdadeiro e o falso já estão determinados.

Estamos no momento de preparação para eleição para a diretoria que coordenará o movimento dos folcloristas nos próximos três anos. É momento de encarar a dupla face dos desafios. De uma lado, favorecer encontros de todos os estudiosos de folclore em Minas Gerais e de outro de aprofundar as relações formais que nos determinam como “sociedade civil organizada”.

Este artigo é oportunidade para conversar sobre esses assuntos.

1. Falhas e silêncios da atual gestão

A gestão atual compreende dois períodos. O primeiro se inicia em 2012 até 2014 e teve como objetivo a regularização da Comissão Mineira de Folclore para garantir sua continuidade com novos grupos de coordenação. O segundo se estendeu de 2014 até o presente ano de 2017. Eu não assumi dois mandatos por desejo, mas por imperativo categórico – entenda-se consciência moral.

Sinto-me responsável pelos anos difíceis enfrentados pela Comissão Mineira de Folclore iniciados com o falecimento inesperado do presidente Lázaro Francisco da Silva, de quem eu era vice-presidente.

Lázaro sonhava fazer uma gestão invejável para a Comissão Mineira de Folclore. Entendido em competição, queria suplantar as gestões bem sucedida de Tião Rocha e Domingos Diniz. De Tião, especialmente, a quem julgava seu concorrente. Na oportunidade de inauguração do Centro de Tradições Mineiras, Lázaro entendeu que o espaço conquistado seria coordenado pela Comissão Mineira de Folclore e, para mantê-lo dignamente, seria necessário adequar-se aos novos tempos. Imediatamente, surgiram conflitos de gestão entre a gerência administrativa e a gerência técnica. O presidente se empenhou na elaboração de projetos que, acreditava, renderiam condições para nossa CMFL desenvolver projetos de elevada importância. Um acidente vascular cerebral o levou desta para não se sabe se melhor. Ao longo de sua gestão criou o site WWW.folcloreart.br. Essa iniciativa pioneira acusou centenas de milhares de visitas ao longo de dois anos. Certo de que a Comissão alcançaria o ápice em sua gestão, contratou serviços de contabilidade com ótima remuneração. Ao falecer repentinamente, deixou para o sucessor dívidas e incógnitas. O sucessor era eu totalmente

incapacitado no momento para dar prosseguimento aos projetos ambiciosos do Lázaro. Perdemos o site, e, pior, nosso acervo do Centro de Informações Folclóricas se dispersou completamente.

A consequência resultou em legado para a gestão seguinte – 2004-2007 – sob presidência de Kátia Cupertino e, em cadeia, transmitiu-se para Carlos Felipe que deveria cumprir o período 2007-2010. A primeira dificuldade dessa última gestão foi de registrar a ata de posse. Tal desafio se estendeu e no ano de 2011, já vencido o período, a chapa eleita ainda não havia sido regularizada em cartório de registro. Para complicar, no dia 25 de agosto de 2011, a Secretaria de Estado de Cultura desativou o Centro de Tradições Mineiras e recolheu todo o acervo da Comissão Mineira de Folclore juntamente com o acervo bibliográfico de Orville Colombo di Conte – membro fundador da Comissão Mineira de Folclore –, a um depósito localizado no “Palacete Dantas” utilizado até então como sede da referida Secretaria.

Diante de fatos tão trágicos, Carlos Felipe se indignou e convocou assembleia geral dos membros para reunião no dia 5 de setembro com o objetivo de dar novos rumos à Comissão Mineira de Folclore. Dessa reunião resultou a designação deste cidadão – indivíduo ou elemento – para coordenar a regularização da Comissão Mineira de Folclore. Uma vez prorrogado o mandato da diretoria do exercício 2007-2010, procedeu-se ao registro no cartório e convocação para eleição. Os companheiros decidiram que deveria presidir a Comissão e cuidei de reduzir o período do mandato por apenas dois anos, com o objetivo de convocar nova eleição para períodos regulares de três anos. Antes de tomar posse, ouvi com atenção esta ponderação de Carlos Felipe: “A Comissão é presidencialista. O que você fizer, será feito, o que não fizer, ficará por fazer.” Havia amargura nisso. Diretoria não se resume em presidência. Entendi, entendo e tenho cuidado de “despresidencializar” a gestão. Ainda no período de regularização, assustei-me com o entusiasmo de Domingos Diniz, Antônio de Paiva Moura, Tião Rocha e Kátia Cupertino – todos ex-presidentes. Emocionei-me mais ainda com o gesto heroico de nosso decano Antônio Henrique Weitzel que se deslocou de Juiz de Fora cercado de cuidados para participar da assembleia que elegeu a nova chapa.

Juntamente com conselho de Carlos Felipe estive atento para seu projeto de gestão, apresentado no dia de sua posse em 2007 e novamente apresentado e enriquecido no final do ano de 2008:

- a. Diretriz da Gestão Carlos Felipe
 1. Regularização da Comissão Mineira de Folclore [pendente em 2011]
 2. Participações oficiais em congressos, seminários e fóruns de folclore em todo o Brasil, ocupação de um maior

Relatório

espaço diante de entidades congêneres nacionais e estrangeiras. [a realizar]

3. Reexame da relação entre a Comissão Mineira e Folclore e Governo do Estado (CTM-Secretaria de Estado da Cultura) [a realizar]

4. Calendários [a realizar]

5. Mapeamento Folclórico de Minas [a realizar]

6. Seminário sobre folclore e turismo [a realizar]

7. Revitalização da Federação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário do Estado de Minas Gerais. [não se aplica]

8. Retorno da Associação das Folias de Reis ao Centro de Tradições Mineiras. [não se aplica]

9. Programa para edição de livros e produtos audiovisuais sobre o folclore mineiro. [a realizar]

10. Reedição de livros importantes [a realizar]

11. Melhor utilização das leis de incentivos [a realizar]

12. Restabelecimento do Centro de Informações Folclóricas. [em realização]

13. Festival de Cultura e Tradições Mineiras- [não se aplica]

14. Festa Nacional do Folclore [Não se aplica]

15. Curso de matérias de folclore nas escolas de Primeiro Grau. [a realizar]

16. Seminário sobre o folclore da Inconfidência. [não se aplica]

17. Seminário sobre a religiosidade negra em Minas Gerais [em realização]

18. Participação e presença [em realização]

19. Semana/Mês do Folclore [em realização]

20. Curso de toques de atabaques cerimoniais [não se aplica]

21. Criação de programas sobre folclore no rádio e na televisão [a realizar]

22. Memória do folclore mineiro [em realização]

23. Comunicação [a realizar]

24. Museu Saul Alves Martins. [em realização]

25. Comissões regionais [em realização]

26. Novos membros: [em realização]

27. Terça da cultura popular [não se aplica]

28. Acordos e convênios [em realização]

29. Necessidades [em realização]

1. Fixação das competências

Entendo que, após um período de cinco anos inesperados como presidente da Comissão Mineira de Folclore, posso oferecer alguns destaques para conversa sobre o que pode ser eficiente para a próxima gestão.

Em primeiro lugar a **Diretoria** precisa ser **leve e apoiadora** das iniciativas de cada membro e de todos em conjunto. Diretoria deve coordenar e não dirigir.

Em segundo lugar a Diretoria deve estar atenta, de um lado para oferecer condições de otimização das iniciativas dos membros e, de outro lado, tornar-se embaixadora com objetivo de negociar apoio dos órgãos públicos e privados com vistas às ações dos membros da Comissão Mineira de Folclore.

Em terceiro lugar, como organismo burocrático compete:

À Presidência e vice-presidência – cumprir as determinações do Estatuto e coordenar as ações necessárias ao apoio das atividades dos membros.

Entendo que o presidente precisa de reservar pelo menos um dia por semana para se dedicar às atividades da Comissão Mineira de Folclore.

À Secretaria do ponto de vista burocrático receber e expedir correspondência, redigir editais de convocação, redigir e divulgar atas de reuniões, manter e atualizar cadastro dos membros e de pessoas e organizações necessárias ao contato da Comissão Mineira de Folclore, cuidar dos arquivos burocráticos da Comissão Mineira de Folclore, e coordenar os relatórios de atividades, pesquisas e estudos de interesse da CMFL.

Entendo que o serviços de secretaria deve ser acompanhado por um quadro mínimo permanente de estagiários, bolsistas, ou assistentes de diretoria. A atividade do secretário como voluntário deverá exigir um plantão semanal na sede da Comissão de pelo menos um dia .

À Tesouraria do ponto de vista burocrático compete dedicar pelo menos meio horário a cada quinze dias para elaborar balancetes das contas da Comissão e contatar a assessoria contábil e o Conselho Fiscal.

Pegando o pesado!

Para tornar leve a coordenação da Comissão Mineira de Folclore, o professor Braulio do Nascimento nos trouxe um modelo de Estatuto no qual estavam previstas subcoordenações que se encarregariam de zelar pelo cumprimento de projetos. A primeira delas surgiu espontaneamente muito antes da elaboração do Estatuto, ou mesmo da visita do professor. Foi a das Semanas Mineiras de Folclore iniciadas pelo doutor Edelweiss Teixeira e implantada em Belo Horizonte por Nelson de Figueiredo e Maristela Tristão. Em seguida, apareceu a coordenação do Museu de Folclore, ensaiado por Antônio Joaquim de Almeida e concretizada por Saul Martins.

Atualmente, a Comissão Mineira de Folclore necessita das seguintes coordenações de assessoria à Diretoria:

1. De **Programas, Projetos e Captação** – cujo escopo principal se orienta pelo Programa “Saber viver e suas condições”. Esta coordenação se responsabiliza pela gerência do Sistema de Informações e dá sentido a todas as ações da Comissão Mineira de Folclore

Relatório

O Sistema de Informações Folclóricas terá os seguintes componentes:

1. Subsistema de Estudos e Programas – Função Manutenção de padrões
2. Subsistema de Relações Internas - Função Integradora
3. Subsistema de Projetos - Realização de objetivos
4. Subsistema Operacional – Função adaptativa

Organização:

1. Estudos e Programas - Levantamento e discussão dos paradigmas concorrentes incorporados nos editais de financiamento de pesquisa, de estudos e de programas de Leis de Incentivo, fundo de cultura e fontes de financiamento.
 2. Comunidade Comissão Mineira de Folclore – Integração e conflitos. Exame da forma de organização e condições de atendimento às metas de estudo e disseminação do estudo do saber popular. Suficiência e dependência.
 3. Programas e Projetos – Priorização e estudo das condições de curto, médio e longo prazos.
 4. Base material - Recursos disponíveis, equipamento, instalações e pessoas alocadas para garantir estudos e programas, nível desejável de autossuficiência e desenvolver projetos.
2. De **Publicações** – responsável pela edição trimestral do Boletim Carranca, anual da Revista “Comissão Mineira de Folclore”, e de séries de edições de obras dos membros da Comissão Mineira de Folclore e estudiosos afins.
 3. De **Comunicação** – cuja atribuição é de manter contatos institucionais com organizações de interesse ao estudo do Folclore em Minas Gerais, e com membros das diferentes Comissões Estaduais e a Nacional de Folclore,

Funarte, Unesco, Unicef, órgão de imprensa e outros; manter atualizadas as informações do sítio WWW.folcloreminas.com.br, face book, instagram, youtube, email e assemelhados.

4. **Centro de Informação** – que se caracteriza como “núcleo rígido” da memória da Comissão Mineira de Folclore
5. De **novos membros** – que deverá zelar pela atenção à emergência de pessoas interessadas e capacitadas a pertencer à Comissão Mineira de Folclore.
6. De **Museus e acervos bibliográficos** – ocupada em atualizar, conservar e orientar as visitas, estudos e consultas ao acervo da CMFL.

Caindo na real

O maior mérito da Comissão Mineira de Folclore é de ter alcançado 69 anos como atividades doadas ao bem comum absolutamente voluntárias. Contudo, o porte que resultaram dessas atividades exige dedicação diária e não apenas esporádica.

Como atividade voluntária a Comissão doa anualmente o que equivale a R\$ 800.000,00 mal remunerados ao bem público sem reconhecimento dos governos.

Chegou o momento de todo este capital humano reivindicar seu equivalente em moeda para remunerar aqueles que irão garantir a apropriação de nossa história do “Saber Viver em Minas Gerais”. A doação aumentará sempre em escala exponencial.

Acabou de ler?

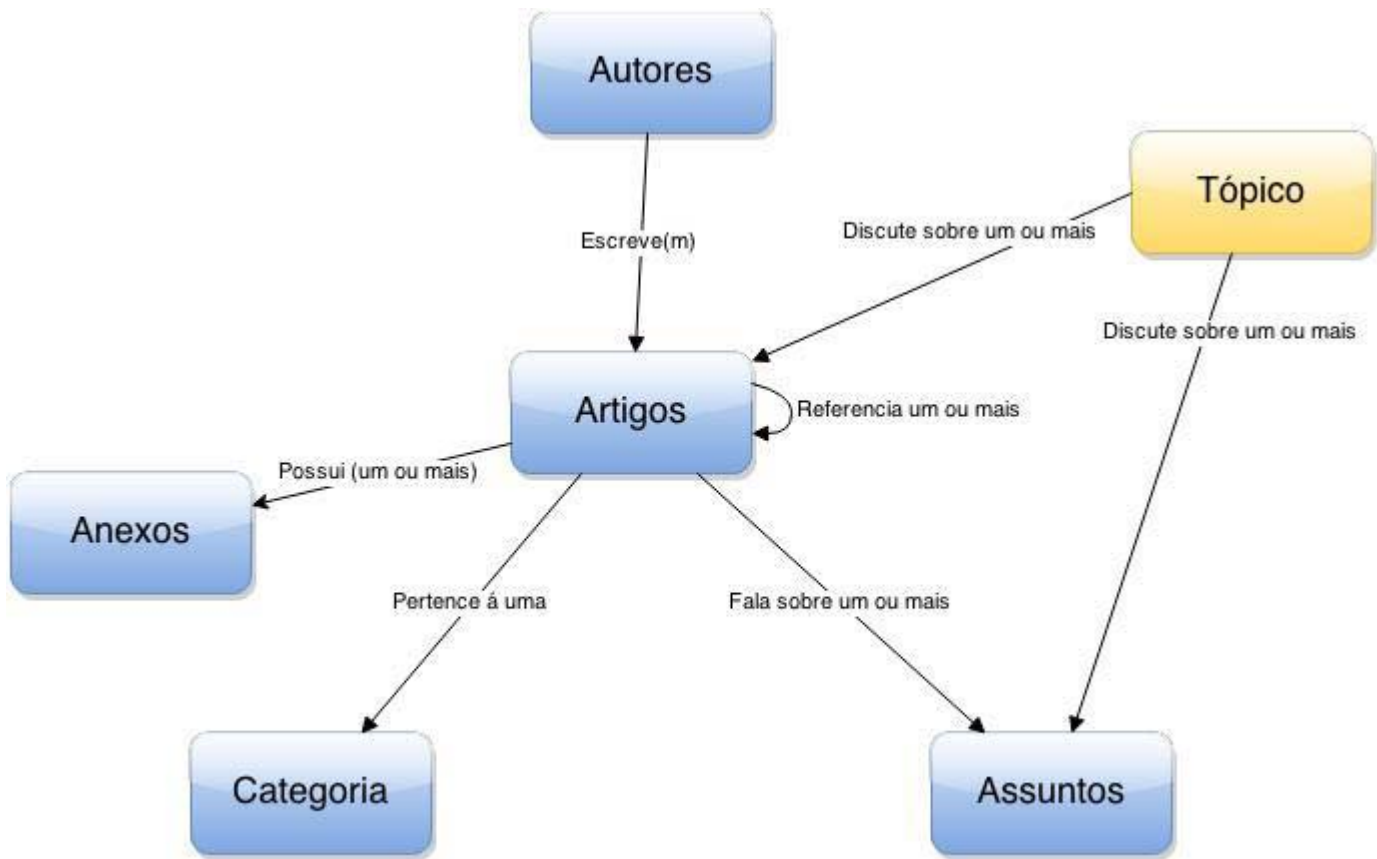
Descanse, vá ao youtube, digite “His yoke is easy”. Feche os olhos, estenda os braços, ouça e flutue.

Eleição da Nova Diretoria da Comissão Mineira de Folclore

Agosto de 2017

É hora de **RENOVAR**

Relatório



Afago é puro movimento

No dia 3 de novembro de 2016, a Comissão Mineira de Folclore se reuniu em assembleia geral ordinária na sala Doutor Waldir de Almeida Ribas, sede da AFAGO, Associação dos Filhos e Amigos de Gouveia. Era mais uma das vezes em que este espaço acolhia a Comissão. Desde o ano de 2011, por gentileza de seu, então, presidente, professor doutor Raimundo Nonato de Miranda Chaves, a sala 1703 localizada na Avenida Amazonas 115 se abria sem condições para nossa CMFL. O dia 3 de novembro foi o último.

Cansada de ser mais uma ONG da chamada “sociedade civil organizada”, em assembleia geral extraordinária, os membros decidiram pela baixa de registro como pessoa jurídica e as demais obrigações para com o Estado.

A partir dessa data, os filhos e amigos de Gouveia continuarão se encontrando em qualquer local com todos os direitos de cidadãos garantidos pela Constituição da República isentos de qualquer obrigação para afirmarem estar reunidos.

Esta é uma lição para as políticas públicas que exigem registros dos movimentos sociais para obterem migalhas de verbas inscritas em orçamentos. Com efeito, associações de bairro e outras organizações assemelhadas, ao se cons-



tituírem como “Entidades”, passam a arcar com ônus que as tornam simplesmente inviáveis. A maioria das associações das periferias são bancadas por vereadores e deputados que as usam como cabos eleitorais, mas não garantem sua existência como entidade. Um dos resultados é a acumulação de dívidas que alcançam R\$30.000, ou muito mais. A Afago agiu inteligentemente. Não recebeu nem mereceu qualquer atenção de agentes do Estado, e se fechou sem dever nada a ninguém, nem a nenhum político. Quando tentou ser uma OSCIP teve sua pretensão negada e se recolheu à insignificância de poder oferecer serviços de qualidade para o bem público da comunidade.

Mas os serviços são ainda oferecidos pelo endereço: www.afagouveia.org.br, por publicações e pelo programa de premiação dos alunos das escolas do município.

Relatório

Imersão

Novos membros Novas invenções

Na página de abertura desta edição, foram estampadas fotografias dos membros com maiores história de vida em nossa Comissão Mineira. A vitalidade se mostra agora com a experiência dos que chegaram visualizando um longo percurso.

Imersão é programa surgido da imaginação inovadora e renovadora desses membros.

O primeiro ensaio aconteceu no dia 7 de julho, no “Porão do Carlos Felipe”. Numa tarde os aspirantes a membros efetivos da Comissão Mineira de Folclore puderam apreciar, canjica, café, cachaça e diria “çaber” se não se escrevesse corretamente “saber” de Carlos Felipe.



Tão logo empossados, imaginaram a primeira imersão que deveria acontecer no dia 19 de dezembro, mas que foi adiada para os dias 21 e 22 de janeiro em Pinhões, Santa Luzia, Frei Chico e José Moreira representaram a velha guarda.



A segunda imersão aconteceu no povoado de Lapinha, município de Lagoa Santa no dia 25 de março e contou com a presença dos “velhos” membros Luiz Fernando Vieira Trópia, Frei Chico e José Moreira de Souza.



A terceira foi realizada no dia 29 de abril na sede da ONG Art 22 no bairro Conjunto Cristina, distrito de São Benedito em Santa Luzia. Foi a mais concorrida, superando em número as assembleias da Comissão. Compareceram Romeu Sabará, Frei Chico e José Moreira representando o “antigos”.



A próxima imersão está programada para o dia 27 de maio a partir da segunda reunião da assembleia geral ordinária da Comissão Mineira de Folclore. Em seguida à assembleia os folcloristas se reunirão no bairro Madre Gertrudes para ouvirem e conversarem com Domingos Diniz, Antônio de Paiva Moura e outros decanos da CMFL.

Treze de Maio: dia do Crioulo

No dia treze de maio
É que houve alegria e verdade!
Dia Treze de Maio, meu pai,
Foi o dia da Liberdade
[Ponto de Preto Velho]

A palavra “crioulo” caiu em desuso. Porém, é um conceito chave para a compreensão de nossa formação social. Seu emprego ainda aparece como sinônimo de “preto”, mas ela compreendida em toda profundidade revela muito mais. Crioulo é aquele indivíduo que é criado em determinado lugar e que tem como referência o lugar em que nasceu. Ter como referência o lugar em que nasceu implica em compreender a ordem e a desordem que determina o saber viver conforme as relações próximas. É principalmente saber traduzir para o local a herança herdada dos que vieram de longe e que não sabem traduzir com precisão os códigos da ordem local.

Ao crioulo se opõe o ser boçal e o ser ladino. A essas categorias se opõem outra que anuncia uma ordem perversa, o que designa o patriciado e a burguesia.

Sigamos por parte. Em nossa formação social, de fato, o patriciado seria o autóctone, o ameraba como o designa Câmara Cascudo, ou o indígena, como dizem os eruditos. Porém, contraditoriamente, nosso patriciado é estranho ao saber viver local. É aquele que mereceu as honras de poder habitar e explorar o território. O senhor das sesmarias, dos morgados, das datas. Porém, esse patriciado ao se converter em dono da ordem vive a contradição entre as exigências do saber viver local e as exigências de atender ao que determina sua posse como dono do território. Alguns estudiosos louvam o estatuto das sesmarias, ou dos donatários, para os quais a posse da terra está condicionada ao uso efetivo da terra. A ambiguidade de ser proprietário sem exploração produtiva do dom ensejou a categoria dos posseiros e, em sua cauda, os “quilombos” e coisas mais. De fato, é no interior das ambiguidades das sesmarias que surgem os patrícios de verdade. O verdadeiro patriciado. Haja curiosidade, sob esse aspecto, nosso patriciado surge como categoria clandestina. Viver da ordem local subverte a ordem da propriedade da terra, do zelo pelo dono do território.

Desse modo, o patriciado “proprietário legítimo”, armado de carta de sesmaria, assume necessariamente a marca do burguês. Há que entender burguês para o que se examina aqui, como aquele que é voltado para o comércio. O local somente importa como valor para a transação. É o que está fora que comanda a interpretação das relações próximas. Aparentemente, portanto, a burguesia patrícia – aparente contradição – é que determina e comanda o viver local e seu saber. Não há, portanto espaço para um patriciado crioulo a não ser nas frestas ensejadas pelo comando do saber ser patriciado burguês.

Há, porém, outro lado da medalha. É o que junta boçal, ladino e crioulo. O parvenu nos chega como boçal ou como ladino, seja ele escravo, ralé, exilado ou pé rapado. Para o boçal, tudo lhe é estranho. A ordem lhe deve ser imposta e toda imposição traz consigo a violência física. O único valor do saber do boçal é a vontade de viver, ou de sobreviver à própria ignorância. Se sobreviver, pode alçar ao plano da ladinagem, se não, sofrerá para sempre a sina da boçalidade para sobreviver minimamente. O ladino é também um parvenu, com a diferença de que domina e desenvolve progressivamente os códigos de sobrevivência. Na hierarquia dos processos determinados pelo patriciado, ou pelo patriciado burguês, o ladino alcançará postos intermediários na ordem das autoridades. Poderá ser agente da ordem, sempre subalterno: capitão do mato, delegado distrital, e assemelhados, encarregado de serviços, e até gerente. Jamais será dono do próprio destino, a não ser que visualize atentamente as frestas da ordem.

Chega-se à chave do processo: o Crioulo. Crioulo é herdeiro legítimo do que vem de fora. São crioulos, portanto, todos os filhos de imigrantes. São tanto mais crioulos os descendentes de imigrantes quanto mais se concentrarem na ordem local e perderem de vista a herança de onde procedem seus ancestrais - a história da boçalidade ou da ladinagem dos pais e avós.

Moral dessa história: é na atenção aos expedientes que comandam o saber viver localizado que poderemos compreender tanto nossa formação social quanto os desafios de impor respeito ao saber viver aqui e agora. Quem está no seu lugar e quem vive deslocado, expulso ou segregado.

Esta rápida introdução anuncia pontos-chaves para abrir nossa conversa sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais.

Credenciamento do saber crioulo em Minas Gerais.

É um feito ímpar que o IPHAN esteja ocupado em reconhecer o Reinado de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. Feito e desafio. . Na programação da 50ª Semana Mineira de Folclore, mantivemos proveitosa conversa com a coordenação do IPHAN, oportunidade em que apreciamos o belo trabalho de registros dos grupos, ternos, bandas, cortes existentes em Minas. No momento, contavam 1.052. De sua parte, o Centro de Tradições do Rosário acusava a existência de mais de quatro mil associações devotadas à celebração do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Há diferenças de conceituação, como se vê.

Com efeito, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o complexo que caracteriza essas celebrações que herdamos desde o tempo da escravidão exibem inúmeros aspectos inconvenientes para o Estado Secular e para as políticas públicas definidas como Cultura.

Desde o início da República as danças coletivas públicas são postas em questão. Ainda no início do século XX, foram combatidas pela própria Igreja Católica que lhes havia prescrito no passado relações litúrgicas em diálogo com a

ARTIGOS

rigorosa liturgia canônica. As danças coletivas públicas nesse contexto devem ser chamadas de paralitúrgicas, ou seja, toleradas, e às vezes, apreciadas.

Por volta de 1903, essas danças se tornaram profanas e afastadas da liturgia propriamente dita. Na década de 1920 e início dos anos 30, membros do episcopado iniciaram forte campanha de censura às festas do Divino e do Rosário em Minas. Caboclinhos, de um lado, e marujos, congos, catopê, se incluíram no rol das censuras episcopais. Porém, uma parte do clero desconheceu as proibições e continuou prestigiando essas festas com todas as marcas populares e “pagãs”.

Na oportunidade de celebração da Lei de 13 de maio, no ano de 1948, vem à luz o que ficou conhecida como “Lei Afonso Arinos”. De fato a Lei é de 1951 e não se inspirou nem um pouco na questão da Abolição; porém, foi oportunidade para que se interpretasse essa lei como ordem para demolição das igrejas de Nossa Senhora do Rosário. Contudo, alguns componentes do clero se posicionaram na frente da resistência.

Chamo atenção para esses momentos com os seguintes exemplos:

1. Um padre em Aparecida do Norte, em São Paulo, adquire, na década de 1890, uma imagem de São Benedito que passa a ser venerada na mesma praça da futura Basílica Nacional. Em 1909 funda-se nessa cidade a irmandade de São Benedito. Esse fato põe em relevo duas faces. A cidade de veneração popular da Santa Preta é reforçada pela construção de um santo preto de devoção popular interpretado por um sacerdote crioulo.
2. 1903. O episcopado toma conhecimento do Motu Proprio de Sua Santidade Pio X, o qual determina critérios para execução da música sacra e proíbe no recinto das igrejas os instrumentos “fragorosos”, instrumentos de percussão, juntamente com os de sopro.
3. 1904 – 8 de setembro - Nossa Senhora Aparecida é reconhecida nacionalmente como “Rainha do Brasil”. Interpretação possível: Se o Estado não consegue reconhecer a criouliização dos pretos livres, o Brasil crioulo é convocado a adorar a mãe preta.
4. 1919. O episcopado redige e publica carta em defesa do Patrimônio Histórico, entendidos como tais os templos e imagens.
5. 1929. Bispos em suas respectivas dioceses iniciam proibição de festas do Divino e de Nossa Senhora do Rosário.
6. 1951. Publica-se a Lei Afonso Arinos – Lei 1390 de 3 de julho. Apesar de a lei ter surgido em decorrência da discriminação de uma atriz estrangeira em um hotel do Rio de Janeiro, a burguesia crioula interpreta como necessidade de modernizar o espa-

ço urbano pela demolição das capelas de Nossa Senhora do Rosário.

7. 1965 Comissão Mineira de Folclore reúne 3.000 congadeiros na praça da Liberdade para celebrar a Primeira Semana Mineira de Folclore. A missa foi celebrada pelo arcebispo metropolitano de BH com a presença do governador do estado e o prefeito de Belo Horizonte.
8. 1972. Celebra-se na Igreja de Santo Afonso da Renascença a primeira missa Conga, na Semana Mineira de Folclore, após ensaio para aprovação na Igreja dos Santos Anjos do Bairro Caiçara.
9. A missa conga chega à Festa de São Benedito em Aparecida do Norte e se criouliiza completamente ultrapassando o território de Minas Gerais. Cada festa exhibe interpretação própria.

Crioulização e Certificação de Comunidade de Quilombolas

A certificação de comunidades quilombolas está na ordem do dia. Assistimos com frequência mais uma notícia ou presenciamos o “autorreconhecimento” dos moradores – às vezes, alguns moradores – como quilombolas. Esta realidade convoca necessariamente os estudiosos de folclore para conversar sobre isso. Pelo que preceitua a Constituição de 1988, Art. 5 XLII; Art. 215 & 1º; Disposições Constitucionais Transitórias Art. 68, há que pensar mais de uma vez.. O primeiro artigo enumerado trata de crimes de discriminação racial; o segundo de Direito à cultura segundo grupos étnicos e o das Disposições Transitórias se refere diretamente à questão quilombola. Disposições Constitucionais Transitórias Art. 68: “Aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Ora, em dado momento porém a prescrição legal foi ressignificada.

A emissão de Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo reconhece que a população e a área que ocupam têm relação com os antigos quilombos.

A comunidade passa, então, a ter direitos e amparos legais, estabelecidos pelos artigos nº 215 e nº 216 da Constituição Federal, que preveem defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e a obrigação do poder público em promovê-lo e protegê-lo.

O Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comuni-

ARTIGOS

dades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

O certificado, que é emitido apenas pela FCP, é o primeiro passo para regularização de território. Com ele, é possível entrar com processo de titulação de território quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). [<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/fundacao-palmares-certifica-29-comunidades-quilombolas>]

O mesmo Portal Brasil noticiou no dia 16 de janeiro de 2017: “Em todo o Brasil, são 2.465 **certificados** emitidos para 2.890 **comunidades quilombolas**. ... As terras ocupadas por remanescentes das **comunidades dos quilombos** são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.

Em certa comunidade uma senhora me declarou: “É um diploma que querem dar para nós”. Nessa mesma comunidade não havia nenhuma justificativa com base na Constituição que garantisse a certificação como “remanescente de quilombo”. Os moradores eram “legítimos proprietários” desde a Lei de Terras do Império de 1850.

Desse modo a designação de “quilombo” merece estudo do que chamo de “arbitramento de significado”. Fixo a questão da crioulagem. Entre outros processos de formação espacial, destacamos três. No primeiro, o quilombo se reduz a “terra de preto”, no segundo a terra de “ladinos” e no terceiro a terra de crioulos.

No primeiro caso temos um quilombo como comunidade segregada independentemente da forma de ocupação. É a discriminação racial que determina a constituição do enclave.

O segundo caso não exhibe discriminação por racismo pela recusa de forma imposição do viver em localidade em que imperam conflitos segundo a procedência. Há que se esperar nessas localidades a permanência de modos de vida segundo os locais de origem da emigração.

O terceiro caso mostra o quilombo como espaço de liberdade, o que significa não existir ali referência significativa a discriminação racial nem de local de procedência.

Pelo que tenho vivido até o momento, em Minas Gerais, são mais frequentes os assim chamados quilombos do terceiro grupo. As comunidades certificadas como tais exibem a marca plena da crioulagem, o que é muito diferente do sincretismo.

Para concluir insiro um caso em que contemplo situações vividas recentemente. O caso contemplado foca o momento em que uma comunidade recebeu a certificação.

Pinhões, Santa Luzia, espaço de vivência da Liberdade

No dia 30 de abril compareci em Pinhões para acompanhar a celebração da entrega da Carta que reconhece o povoado como “quilombola”. Por tudo que vivo e vivi em Pinhões, constatei que a Fundação Palmares reconheceu Pinhões como o centro da celebração da Liberdade.

Com efeito, ainda não encontrei nenhum lugar, neste mundo perdido de meu Deus, em que a palavra liberdade decifre seu verdadeiro sentido. Em primeiro lugar, para os moradores de Pinhões, Liberdade significa “Viver Livre das obrigações do Trabalho”, o que não pode dizer outra coisa do que “não se submeter jamais ao trabalho como obrigação”, mas como prazer. Trabalho imposto com horário não tem sentido para viver em Liberdade.

Seu Avelino me declarou: “Nunca fui mandado embora de um emprego. Sempre saí quando quis”.

Conversei, no dia anterior, com Luiz de Aramita. Ele enumerou os inúmeros lugares em que trabalhou “para os outros”. Em um dos empregos, era “encarregado da água” – trabalhava na prefeitura. Em época de eleição, foi advertido de que deveria votar no candidato a que o prefeito indicaria. Desobediência? Rua! Ele respondeu, então, eu vou para a rua. Não votou – o voto é secreto, mas ele declarou em quem votou. Resultado? Rua.

Há cerca de dois ou três anos atrás, noticiei com muita dor, o “pulo que um jovem senhor deu para a eternidade.” Motivo? Não tolerar o sofrimento psíquico que o trabalho como motorista de coletivos lhe trazia e os médicos do sistema de saúde exigiram que retornasse ao trabalho.

Pinhões surgiu da Abolição e por isso guarda o conceito radical de Liberdade. Quem é Livre não pode se submeter ao trabalho obrigado. Trabalho deve ser sempre em parceria. As pessoas podem ir para a roça às 5:00 horas, mas sem obrigação. Ninguém pode ser ameaçado para garantir a própria subsistência.

Desse modo, Pinhões construiu, ao longo do tempo, um “quilombo sui generis”, um espaço de congraçamento étnico. Imagino que o “quilombo” de Pinhões está na contramão de tudo que as ditas políticas de afirmação étnica determinam. Como espaço de Liberdade, um quilombo é lugar para todos, é espaço de celebração da diversidade étnica, não confirma a segregação. De fato, os quilombos históricos foram isto, mas Pinhões celebra essa diversidade com louvor.

Eu vi o momento do dia 30 de abril como uma parte do que interessa à criação de comunidades quilombolas. O candombe, símbolo principal da identidade local, não existe mais, e a memória do candombe não foi mencionada. O catopê, dança sagrada de celebração da unidade de fundação do povoado, se negou a comparecer. Inúmeros membros do povoado se dirigiram à Capela do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas para celebrarem o vínculo fundador das relações locais. Mas, vi mais. A certificação da comunidade como quilombola

ARTIGOS

resultou da luta das mulheres, anunciando um novo tempo.

No álbum [consultem o face book] contemplem os pinhões de Pinhões. Gente de fora que iniciou a documentação afirmou de “Pinhões deriva de Pinheiro”. Não. Pinhões vem de pinhão.

Conclusões: folclore como ciência do crioulo

Pelo percurso realizado vejo o folclore como sistematização do saber viver local. Tenho como argumento para corroborar esta afirmação, em primeiro lugar, a leitura e comentário que fiz à primeira monografia de Saul Martins, - *A dança de São Gonçalo* -, disse ao autor: “a primeira parte é do folclorista, a segunda, do antropólogo”. Traduzo. Na primeira parte dessa obra, exibe-se o conhecimento vivido pelo autor da celebração de São Gonçalo em povoados localizados às margens do Rio de São Francisco, o saber do barranqueiro de Januária. Na segunda parte a interpretação conveniente para quem nunca viu uma dança de São Gonçalo ou que pesquisou essa dança com atenção para seus aspectos recorrentes com o cuidado de situá-la em universo taxonômico.

Em segundo lugar, chamaram-me a atenção as prescrições de Renato Almeida expostas no *Manual de Coleta Folclórica*. Nessa obra o autor recomenda que os moradores locais se tornem recenseadores do saber local. Com o depósito de tantas monografias os sábios em suas eskrivaninhas interpretariam e classificariam em plano superior o que tinha sentido apenas na ordem local.

Em terceiro lugar, comparecem os manuais de instrução para os municípios do semiárido para obterem o “Selo UNICEF”. O manual determina passo a passo o que pessoas residentes devem registrar para o município ser avaliado e atribuída nota que o credencie a obter o esperado selo.

Esta recomendação tem muito a ver com todas as instruções para preenchimento de formulários destinados a pleitear recursos em editais da área dita cultural.

Exibo como anexo uma conversa imaginada com uma pessoa real conhecedora da realidade local quando lhe foi exigido preencher longos formulários para se candidatar a recursos de Leis elaboradas para esse fim.

Chamo a isto “Sopa de Pedras”.

A sopa de pedras

- Oi, gente, vamos servir o rango, a gororoba...
 - Que é isso, moço, você parece que não sabe nada.
 - É o banquete da festa. Aqui tudo é abençoado por Nossa Senhora do Rosário.
 - Perdão. Foi mal essa, as guardas serão servidas uma de cada vez. Enquanto isso, as outras vão dançando aqui na rua. Podem dançar.
- Não sei o que é guarda. Nós não somos soldados, nosso grupo se chama “Terno de Moçambique”.

- E o meu de “Congo”. Não sei de onde veio essa ideia de chamar de guarda nosso terno de devoção.
- Nós somos é marujo!

Dona Maria que moço é esse que a senhora pôs para dar ordem para o almoço?

- É o seguinte. Nós temos o núcleo de nossa irmandade. Pouca gente. Os devotos da irmandade estão comigo o ano inteiro, a vida inteira. Mas alguns vão crescendo e seguem outros caminhos. As pessoas que ajudam não são da irmandade, mas estão prontas para se juntar a nós. São vizinhos. Eles acompanham o cortejo, orientam os veículos e ajudam a servir o almoço. Tudo em ordem. Tem os que não sabem muita coisa dos fundamentos da irmandade. Hoje, por exemplo, temos vinte irmandades visitantes. Algumas vieram de longe. Outras são daqui mesmo, de Nova Granada, do Alto dos Pinheiros, de Nova Contra, Nova Gameleira e aquela da Cabana, do capitão José Silva Nós também vamos na festa deles. Com toda devoção. Hoje temos aqui, mais de mil devotos dançantes, melhor, participantes do cortejo de devoção.

Nossa Senhora, Dona Maria, como é que faz para dar conta de comida para tanta gente?

- Oi, moço, - como é que você chama mesmo? - Oi, o, Nossa Senhora tem pena de nós. Um aqui, outro ali, todo mundo que pode ajuda. O dono do sacolão, o dono do supermercado, os devotos de Nossa Senhora. O padre também dá a maior força, avisando a comunidade que vai haver festa. A gente faz o peditório, sai com uma lista e recebe o adjutório. Graças a Deus, nunca falta nada. Até sobra para a gente ajudar pessoas necessitadas. É mesmo a graça de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, de Nossa Senhora Aparecida. Do céu.

E para fazer o almoço. Como é que a senhora dá conta. A senhora tem que por a coroa, sair em procissão, cumprir seus compromissos. Quem cuida do almoço?

- É tudo gente abençoada de Nossa Senhora do Rosário. E é muita gente. Hoje, tem mais de vinte pessoas que prepararam a comida e estão servindo. Ganhamos arroz, feijão, macarrão dos supermercados, carne de boi, frango e linguiça dos açougues, verduras dos sacolões. É mesmo Nossa Senhora do Rosário que abençoa e retribui com sua graça para tanta gente. Ninguém está aqui para ganhar nada. Mesmo porque nós não temos nada. Quer dizer, temos a Graça de Deus e as bênção de Nossa Senhora do Rosário.

ARTIGOS

Na sua festa deste ano teve rei do ano? Tem rei de promessa?

- Tem não, moço - você não falou seu nome até agora. Aqui todo mundo que ajuda é rei e rainha de alguma forma, sem coroa, sem capa. Todo mundo é rei. [Risos]

Quando é que a senhora começa a preparação para a festa?

- A do ano que vem já está começando agora. Oh!, Já começou muito antes. A gente não para nunca. A preparação para a festa começa quando a gente entra na irmandade. Tem uma preparação mais próxima. A do ano que vem já começou. Eu sei com quem posso contar, qual o ânimo de cada pessoa que nos ajuda, se posso contar com mais gente, como pode ser a próxima festa, o que temos de fazer para melhorar. Como anda o ânimo das pessoas, dos membros da irmandade, dos que nos apoiam, qual é a intenção deles. Se a ajuda é interesseira, ou de devotos mesmo. Com quais irmandades nós podemos contar como visitantes, a quais festas nós vamos comparecer como visitantes, como é que vamos conseguir recursos para viajar. Como vamos vestir nossos membros, quais instrumentos necessitam de reparo, como vamos enfeitar as ruas, a igreja, os dias de novena, de levantamento do mastro. Com qual padre podemos contar. Que tipo de padre sabe nos abençoar.

Pois não é que a senhora já tem tudo prontinho na cabeça. Agora, a senhora sabe que existe possibilidade de a prefeitura poder ajudar a senhora a fazer a festa?

- Eu sei, mas tudo exige muito papel. Quando a gente procura a Associação de Bairro, eles dizem que tem que pedir Alvará, tem que pedir isso, pedir aquilo, comunicar a polícia. Falam até mesmo na Ordem dos Músicos para podermos cantar nossas músicas. As músicas que a gente aprendeu com os pais da gente, aprendeu dançando e rezando. Daqui a pouco, não falta nada para a SBAT querer também entrar no meio e exigir direitos autorais para a gente encenar o Reinado. Eles pensam que isso é teatro e até falam em "performance". Daqui a pouco, a turma da Educação Física vai querer saber como a gente dobra os músculos para dançar. Cada um olha a gente sem prestar atenção que somos inteiros e não parte de teatro, parte de música, parte de gestos musculares.

Mas tem coisas que as políticas de cultura podem ajudar, sem intrometer na vida de vocês. Agora, tem uma

coisa. Tem que preencher papel. Fazer dessas coisas que a senhora diz que não gosta.

Posso lhe mostrar o formulário do Descentra?

- Poder pode, mas não sei mexer com papelada.

Nós não queremos que a senhora mexa com papelada, mas achamos que a senhora pode ter alguém na irmandade que possa aprender a fazer isso. Eu vi que a senhora já tem tudo na cabeça para por no papel. Aí fica fácil. Agora, tem que por é no computador. Não é no papel. A senhora tem computador em casa?

- Eu não mexo com isto, mas minha filha vive fuçando no smartfone, usando watsap.

Então está fácil. Ela está aí agora? Chama ela, e vamos ver como é fácil.

- Ô, fulana, vem cá. O moço tá querendo mostrar o que a gente tem que fazer para a prefeitura ajudar nós na festa.
- Oi, mãe, espera um pouco. Já vou.
- Nossa Senhora da Conceição Aparecida, preta de fumaça da guerra. Nossa Senhora, o trem aqui ocupa vinte páginas. Nós vamos ter que escrever um livro?

O que a senhora faz dá mais do que um livro. Foi a senhora mesma que me mostrou um livro que foi escrito sobre sua irmandade.

- Mas isso é diferente. A moça veio, conversou com a gente, assistiu a festa e fez o livro. Nós não tivemos de escrever nada. Depois ela trouxe o livro para a gente ler. Para dizer a verdade, eu gosto mais de mostrar o livro é para os outros que nem o senhor.

Calma, dona Maria, tem muita coisa aqui que não tem nada a ver com a sua irmandade. A senhora tem razão. Às vezes muito papel assusta. Mas, vamos conversar com sua filha. Não tem que preencher isso todos os dias, é apenas uma vez por ano. Mesmo assim, está tudo muito explicadinho.

- Ah! Cuá, isso não vai servir pra nada. Cês vão é ficar sabendo o que nós sabemos. Tem dinheiro nisso? Aqui a gente consegue prendas com a vizinhança e



Destaques

Comissão Mineira de Folclore – 69 anos

A Comissão Mineira de Folclore celebrou solenemente o aniversário de sessenta e nove de sua fundação no dia 20 de fevereiro no espaço cedido gentilmente pelo jornalista Mauro Guimarães Werkema na Casa do Jornalista Mineiro. Foi para todos nós uma honra ser convidados para este acolhimento. Na oportunidade, fomos saudados pelo anfitrião, o qual nos ofereceu o uso desse espaço e também manifestou interesse em integrar o quadro dos membros



efetivos da Comissão Mineira de Folclore.

À cerimônia estiveram presentes o senhor prefeito do município de Gouveia, Antônio Vicente, o senhor vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac

como representante do senhor prefeito Alexandre Kalil, o senhor presidente da Academia de Letras “Guimarães Rosa” da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel João Bosco de Cas-



tro e membros da diretoria AFAGO – Associação dos Filhos e Amigos de Gouveia.

A Comissão Mineira de Folclore agradece também as palavras amáveis a nós endereçada pelo Presidente da Comissão Nacional de Folclore, professor Severino Vicente o qual, lá da cidade de Natal no Rio Grande do Norte, se revestiu de gentileza para nos cumprimentar em vídeo postado no face book. [ver Comissão Mineira de Folclore]

Posse de novos membros –

Na oportunidade de celebração do 69º aniversário da Comissão Mineira de Folclore foram empossados dois novos membros. A professora Ros’elles Magalhães Felício, residente em Januária e do



quadro docente da Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros



e o museólogo João Otávio de Oliveira Coelho, residente em Patos de Minas.

A Comissão Mineira de Folclore se engrandece com a posse desses dois membros e amplia sua presença em diferentes regiões de Minas Gerais.

Nessa oportunidade, Ros’elles foi condecorada com a Medalha Saul Martins conferida pela Academia de Letras Guimarães Rosa.

BH conhece Camilinho



O programa da celebração do aniversário da Comissão Mineira de Folclore se encerrou com a apresentação e noite de autógrafos da obra *Camilinho Escola de Vida* de autoria do diretor tesoureiro doutor Raimundo Nonato de Miranda Chaves.

Raimundo apresenta Camilinho à Gouveia

A obra *Camilinho, escola de vida* foi apresentada solenemente em Gouveia no dia 6 de maio. Nessa oportunidade, o professor doutor Raimundo Nonato de Miranda Chaves programou a apresentação da AFAGO como movimento social. O auditório preparado na Escola Estadual “Aurélio Pires” esteve totalmente ocupado. Mais de 150 professoras e professores, autoridades e convidados ouviram atentamente os palestrantes convidados e apreciaram a obra do autor.



A Comissão Mineira esteve representada pelo autor e pelo presidente da Comissão Mineira de Folclore. Além do lançamento com autógrafos, foi oferecida para o acervo da Secretaria Municipal de Educação de Gouveia o precioso *Dicionário da Religiosidade Popular* com dedicatória do autor Frei Francisco van der Poel.

Em nome da Comissão Mineira de Folclore agradecemos ao senhor prefeito municipal de Gouveia, Antônio Vicente e às secretárias de Educação e de Cultura, juntamente com a senhora diretora da Escola Estadual Aurélio Pires, Lourdes Hipólito e todo o quadro docente dessa escola.

Destaques

Vale transcrever neste espaço o sentido dado pelo autor ao momento de apresentação de sua obra:

Camilinho provoca. Gouveia reage.

É o que você leu! Vai acontecer em Gouveia, no próximo sábado. Dia 6 de maio, 16:00 horas, dependências da Escola Estadual Aurélio Pires. Lançamento do livro *Camilinho: escola de vida* de Raimundo Nonato de Miranda Chaves. No livro, registro da história de Camilinho – povoado (comunidade) do município de Gouveia – simboliza a provocação. Camilinho chama Gouveia aos brios, pela atitude passiva, inerte e indolente em relação à sua própria história. O objetivo principal do evento é organizar a reação de Gouveia, é iniciar o processo de reversão de atitude, determinando novo caminho, nova direção, novo lema: valorização e respeito à história. Registrar a história de Gouveia, editar um livro bonito, capa dura, fotos coloridas, para enfeitar estantes?

Não! Não é isto que se quer. O processo de valorização e respeito à história significa divulgar, cantar, ensinar nos quatro cantos do município; significa despertar na mocidade – também, nos velhos – o interesse, a curiosidade, a busca pela informação, o respeito à tradição, a proteção do patrimônio histórico, o orgulho de sua história e de sua origem. O professor é fundamental neste processo e todos eles, das redes estadual e municipal, receberam convites; o evento será realizado nas dependências de uma das unidades escolares, por sinal a que tem mais história. A programação Espera-se número significativa de presenças. Portanto, desconsiderou-se a possibilidade de usar a metodologia de “brainstorm”. Não é possível controlar uma centena de pessoas querendo falar. Optou-se, portanto, por metodologia que, para o caso, parece mais eficaz. Convidaram-se seis personalidades de Gouveia, gente conhecedora da cidade, com experiência e competência comprovadas e mais, ocupam posições de mando na administração pública ou em organizações da sociedade civil, o que lhes dá condição de liderança formal. A lista de personalidades está assim constituída: **prof^o Rosilene** (Vice-Prefeita), **prof^o Dione** (Secretária Municipal de Educação), **prof^o. Sueli** (Secretária Municipal de Cultura), **prof^o Lourdes Hipólito** (Diretora da Escola Estadual Aurélio Pires), **prof^o José Moreira** (Presidente da Comissão Mineira de Folclore e 1º Vice-Presidente da Comissão Nacional de Folclore) e **prof^o Gil Martins** (representante da Afago e Coordenador da Ong. Palha de Milho). Cada uma destas personalidades fará pequena preleção. Tudo será gravado, digitalizado e distribuído aos interessados, que terão oportunidade de analisar e meditar, com tranquilidade; depois, expor sua crítica, seu valioso comentário. Este material, obtido de amostragem representativa do município, será entregue a uma comissão, ainda não constituída. A síntese resultante do trabalho desta comissão deverá indicar o caminho: a direção, o sentido, os obstáculos e como removê-los e o ponto de chegada.

Saliento, como ponto importante da pauta, a doação, com dedicatória, à cidade de Gouveia – com comentários do prof^o José Moreira –, do livro: *Dicionário da Religiosidade Popular* de Frei Francisco van der Poel.e também, a distribuição do Boletim da Afago N.2/2017. Como autor do livro, que será apresentado, acabei por assumir a coordenação do evento e sinto que deverei justificar

afirmações contidas no texto acima, tais como referência à atitude de passividade e indolência de Gouveia. Estarei, também, à disposição, para falar sobre e para autografar livros. Todos estão convidados!

Antônio Oliveira Mello – 80 anos

Nosso companheiro Antônio Oliveira Mello completou e celebrou 80 anos no dia 22 de abril. Foi honra a Comissão Mineira de Folclore poder ser convidada para estar presente nesta data e parabenizar o celebrante.

Agrademos a gentileza e louvamos a acolhida pelo anfitrião e sua família. Estendemos também o agradecimento ao mais novo membro, João Otávio que nos apresentou a cidade de Patos de Minas e nos deu a oportunidade de participar de uma festa de Santos Reis que se encerrava no dia 21 de abril.

É hora de nos prepararmos para celebrar os 70

A Comissão Mineira de Folclore se prepara para celebrar 70 anos de fundação. Para tal desenvolve projeto aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura e aguarda aprovação de documentário de sua trajetória a ser lançado no dia 19 de fevereiro de 2018.

Acréscimos ao acervo da Comissão

Mineira de Folclore

A Comissão Mineira de Folclore tem merecido a atenção de inúmeros membros que encaminham para compor nosso acervo obras da própria autoria. Em alguns casos recebemos acervos completos dos autores.

No ano passado fomos presenteados com duas coleções .

Doações de Alice Inês

Alice ingressou na Comissão Mineira de Folclore em meados dos anos de 1970 quando era professora da Universidade Federal de Viçosa. Posteriormente, mudou-se para Brasília onde continuou com as atividades docentes. Tendo sempre presente a Comissão Mineira encaminho em final de 2016 caixas de livros de seu acervo contendo 150 obras da maior importância para os estudiosos de folclore. Exibe-se em seguida uma pequena amostra do que nos foi doado.

Festival de Folclore de Olímpia [série de 7 a 23]

Revista Brasileira de Folclore [série de 1 a 41 exceto n° 29 e n° 34]

Brasil Açucareiro [Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968 e 1969]

Cadernos Brasileiros [34 e 36]

Brasil Açucareiro [Ministério da Indústria e do Comércio]
Medicina Popular: Rezas e Curas de corpo e Alma [CIÊNCIA HOJE Volume 6 - N° 35]



Agosto de 2017
É hora de RENOVAR
Preparação para celebrar
a 51ª Semana Mineira de
Folclore
Eleição da Nova Diretoria
da Comissão Mineira de
Folclore

Agradecimentos:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte -
Fundação Municipal de Cultura



CARRANCA

Órgão Informativo da Comissão Mineira de Folclore – CMFL
Número 02-17– Abril- Junho 2017.

Acessível em

www.folcloreminas.com.br

Diretor Responsável – José Moreira de Souza

Fotos: José Moreira de Souza, Antônio de Paiva Moura,

Editoração Gráfica: José Moreira de Souza

Diretoria da CMFL - 2014 - 2017

Presidente de Honra: Domingos Diniz

Presidente: José Moreira de Souza

Vice-presidente: Míriam Stella Blonski

Secretária: Juliana Correa de Carvalho Garcia

Tesoureiro: Raimundo Nonato de Miranda Chaves

Conselho Fiscal da CMFL

Antônio de Paiva Moura

Edméia da Conceição de Faria Oliveira

Luiz Fernando Vieira Trópia



IMPRESSO

Remetente

Comissão Mineira de Folclore

Rua Pires da Mota - 202

Bairro Madre Gertrudes

CEP – 30512-760

Belo Horizonte - MG

E-mail: folcloreminas@folcloreminas.com.br